

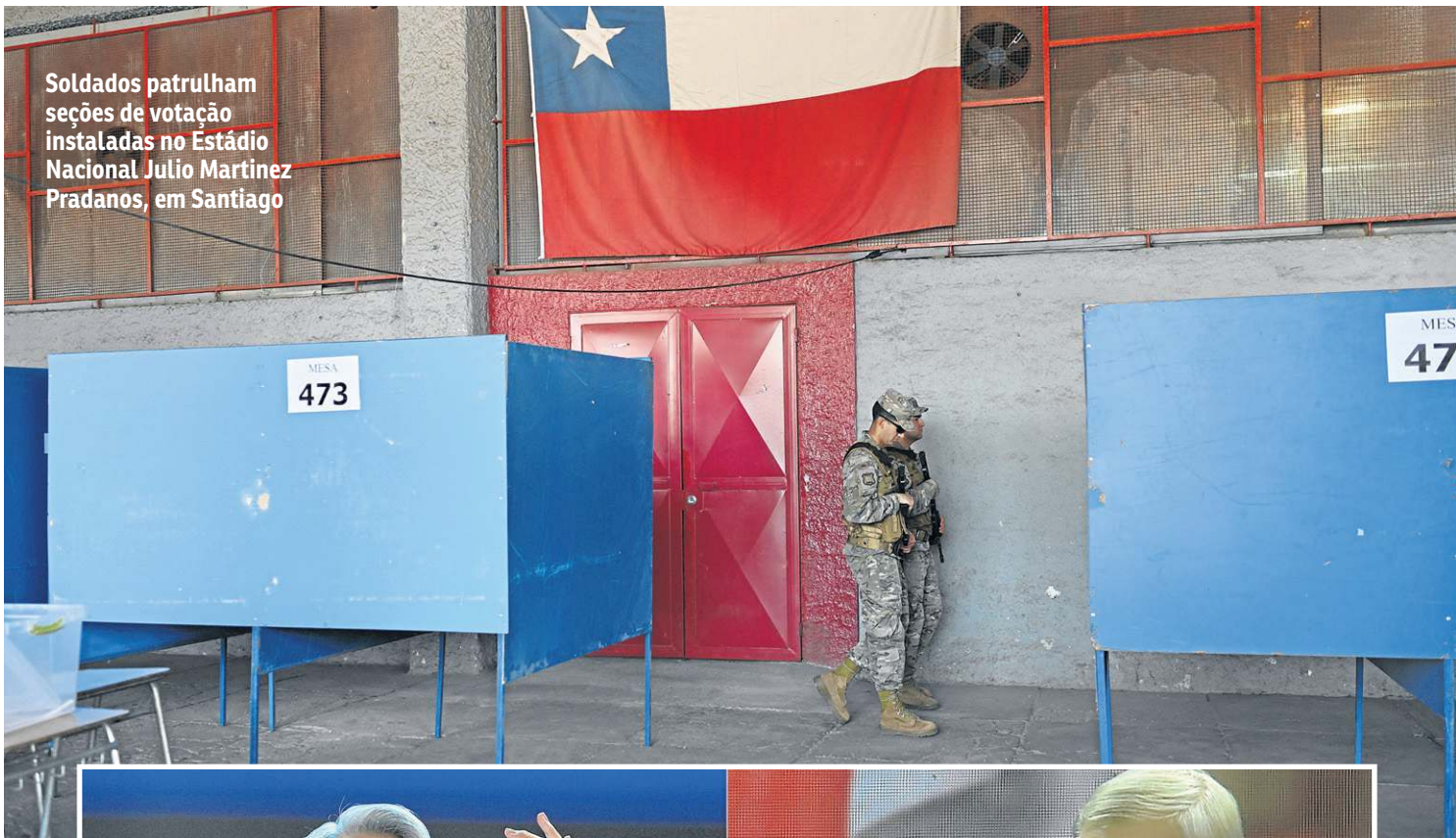


CHILE

Dezesseis milhões de chilenos são convocados a decidir, hoje, o futuro presidente da República, além de parlamentares e governantes regionais. País vive intensa fragmentação, com briga acirrada entre a esquerda e a ultradireita

Cenário incerto em eleição polarizada

Fotos: AFP



A comunista Jeannette Jara e José Antonio Kast, da ultradireita, lideram as pesquisas e devem se enfrentar em segundo turno

O que está em jogo

» Segurança pública e crime organizado: tema dominante da campanha. Aumento da violência, presença de grupos como o Tren de Aragua e sensação de insegurança impulsionam propostas de endurecimento policial e reformas judiciais.

» Migração e controle de fronteiras: o fluxo de venezuelanos e haitianos transformou a pauta migratória em eixo central. Propostas vão desde deportações aceleradas e militarização das fronteiras até políticas de integração e acolhimento humanitário.

» Custo de vida: inflação, endividamento das famílias e crescimento baixo pressionam o debate. A disputa opõe promessas de estímulo ao mercado e redução de impostos a programas sociais ampliados.

» Desigualdade social: ainda marcada no país desde os protestos de 2019, a desigualdade alimenta demandas por reformas estruturais em educação, saúde e previdência — bandeiras especialmente defendidas pela esquerda.

» Fracasso do processo constitucional: a rejeição de duas propostas de nova Constituição deixou frustração generalizada e aumentou o descrédito político.

» Papel do Estado: no centro da polarização, discute-se ampliar a presença estatal em serviços essenciais ou apostar em eficiência de mercado e privatização de setores estratégicos.

Fonte: Agência France Presse (AFP)

Criminalidade

Ex-ministra do trabalho de Boric, que não pode tentar a reeleição devido à legislação chilena, Jara defende a criação de um salário mínimo, o aumento da interferência do Estado na economia e a transição energética, entre outras propostas. Já Kast, em sua terceira corrida eleitoral, quer mais rigor no enfrentamento ao crime organizado, corte nos gastos públicos, planos de parceria privada na educação e na saúde e restrições migratórias.

O endurecimento das políticas de segurança pública e o freio na imigração irregular ganham força especialmente em regiões do norte, onde o fluxo migratório venezuelano e haitiano tem provocado

tensões locais. A criminalidade crescente, atribuída por parte dos candidatos das eleições gerais a “quadrilhas estrangeiras”, tornou-se um dos motes mais repetidos em comícios e propagandas televisivas.

No início deste mês, Johannes Kaiser, 49 anos, candidato do ultradireitista Partido Nacional Libertário e filho de um ex-soldado do Exército Alemão na Segunda Guerra Mundial, afirmou que enviaria a El Salvador os imigrantes ilegais com antecedentes criminais. Em outubro, José Antonio Kast prometeu criar um “escudo fronteiriço”.

Distorção

Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade do

Chile, Alejandra Bottinelli afirmou à Agência Estado que é preciso ter cuidado com as associações entre imigração e violência urbana. “É verdade que em certos tipos de delitos vemos uma maior participação de imigrantes, mas atribuir o crescimento da criminalidade a toda uma população imigrante, ilegal ou não, é uma visão distorcida, que inviabiliza o fato de a maioria serem trabalhadores honestos”, ressalta. Estima-se que 337 mil imigrantes vivam irregularmente no país.

Na avaliação de especialistas, o foco nas temáticas de imigração e criminalidade acompanha a percepção da sociedade de que a violência e o crime aumentaram nos últimos anos. Divulgada em outubro,

a pesquisa Atlas Intel aponta que 53,1% dos entrevistados consideram a insegurança e o narcotráfico como os principais problemas do país. Já o relatório da Fundação Paz Cidadã, de setembro, indica que 24,3% dos chilenos têm “alto temor” com a segurança pública. Desde 2022 esse índice está acima de 20,5%.

Do outro lado, a esquerda aposta em defender conquistas sociais do governo Gabriel Boric, ampliar programas de bem-estar e retomar debates sobre reformas estruturais. A campanha progressista insiste que o país precisa enfrentar “raízes profundas” das desigualdades, reforçando investimentos em saúde, educação e políticas de habitação.

Pesquisas têm demonstrado um eleitorado cético e fragmentado,

muito menos mobilizado do que em outros anos. O desencanto, porém, não reduziu a polarização: aumentaram os discursos anti-establishment e cresceu a adesão a candidatos que prometem “sacudir a elite política” ou adotar medidas imediatas contra a criminalidade — ainda que sem detalhamento técnico.

A economia também segue no centro da disputa. Com crescimento tímido e custo de vida elevado, os eleitores expressam preocupação com emprego, endividamento e desaceleração. Esse ambiente abriu espaço para propostas econômicas simplificadas, que vão do corte de impostos à ampliação de subsídios estatais, dependendo do campo ideológico.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

NAÇÕES DESUNIDAS

Há anos que as agruras da Organização das Nações Unidas (ONU) vêm sendo expostas em praça pública ao redor do mundo. No ano em que completa 80 anos — mesmo tempo que nos separa do fim da Segunda Guerra Mundial —, a ONU está cada vez mais desorganizada, desunida e fraca.

Nem a covid-19 ensinou nada à ONU, que ainda insiste em passar mais tempo em gigantescas e caríssimas reuniões presenciais para impressionar e parecer dedicada. Visibilidade sem produtividade acirra a pressão dos não convidados para participar ou, pelo menos, também, serem vistos. Quem não se sente representado pelos delegados oficiais escolhidos — pessoas, organizações privadas, líderes ou governos avessos ao tema — boicota de alguma forma e escancara a inadequada engrenagem que é imaginar decisões

consensuais em um mundo de cabeça para baixo como o de hoje.

São convincentes as hipóteses de que o descaso para com a ONU tem justamente a ver com essa distância cada vez maior que a humanidade está da experiência de uma guerra mundial. Afinal, somente aqueles com idades próximas ou superiores a 90 anos guardam na memória o que é uma guerra mundial. Enquanto isso, a volumosa geração que nasceu imediatamente após a guerra, conhecida como “baby boomers” — praticamente todos os governantes atuais — ainda está em conflito sobre os contornos do mundo que buscam deixar para as gerações futuras.

Além de ser a mais volumosa, a geração de “baby boomers” é particularmente bem-sucedida em inúmeros aspectos. Em termos de governança global, o que seus pais e avós deixaram para os “boomers” foi, em grande parte, um sistema organizado em torno da

ONU, com um Conselho de Segurança superpoderoso no centro de seu comando. Na prática, mandam ali os cinco países com poder de veto, com os Estados Unidos sempre à frente, propagandeando liderar um mundo livre, mesmo quando perseguem ou sabotam agentes que, ou buscam a liberdade, ou não a ameaçam.

Mais na prática ainda, nas décadas que se seguiram a 1945, os “boomers” herdaram de seus pais um mundo dividido em três gestões: uma primeira, realizada pela tríade representada pela soma do mundo anglo-saxão, mais a Europa Ocidental e o Japão, a qual eventualmente se organizou no G7; uma segunda, composta por países que viviam entre receber ordens de Moscou e viver às turras com a capital soviética, com a qual compartilhavam o sistema de governo baseado em um partido único — às vezes mais, às vezes menos centralizado em torno de uma liderança ditatorial; e, por fim, havia o chamado Terceiro Mundo, onde, desde o romanceado 007 até os agentes de

carne e osso que se julgavam civilizados em casa, todos tinham licença para matar em nome de qualquer desculpa esfarrapada.

Eventualmente, Pequim passou a ocupar seu assento no Conselho de Segurança e vinculou seu crescimento econômico ao dos países do G7 e o Segundo Mundo, por essas e outras razões, ruiu. Restaram apenas países desenvolvidos e países em desenvolvimento, ou ricos e pobres, no mundo em que os “boomers” passaram a mandar e desmandar.

Os mais poderosos entre aqueles nascidos dentro dos cerca de 18 anos contados a partir de 1946 nunca reformaram a ONU. Muito pelo contrário: nos anos 1990, adicionaram ao seu sistema a OMC, que havia ficado de fora em 1945; instrumentalizaram o FMI e o Banco Mundial, produzindo um estranho misto de conformidade e irritação onde se metiam; e levaram o Conselho de Segurança a praticamente deixar de funcionar, com o uso dos vetos cada vez mais banalizado.

O fato é que o órgão central da ONU deixou de ser usado para consultas consecuentes e, hoje, é simplesmente desprezado. A OMC também já não funciona, e o FMI e o Banco Mundial são uma sombra canhestro do que já foram.

É esse contexto que leva sempre a breca tanto a COP30, ocorrendo em Belém do Pará, como todas as conferências das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas que a precederam.

Em termos de governança global, essa era das “nações desunidas” dá origem a um déficit de liderança mundial envelopado em diferentes formas. A badalada consultoria Eurasia, por exemplo, popularizou tal estrutura mamembe chamando-a de G-Zero, uma era em que nenhuma potência, nem grupo de potências, está disposta e ao mesmo tempo é capaz de conduzir uma agenda global e manter a ordem internacional. O Direito Internacional é rasgado e desprezado em praça pública para todo lado e ninguém se mexe.

PAULO DELGADO, sociólogo